A DIMENSÃO LIBERTADORA DA CONFISSÃO DOS PECADOS

Verner Hoefelmann

1. A confissão dos pecados como prática bíblica

Confessar os pecados é uma atitude profundamente bíblica. Ela brota do pesar por relações rompidas e males cometidos. Ela nasce do anseio por reconciliação com Deus, com a natureza, com as pessoas humanas e demais criaturas. Ela denota disposição para corrigir a rota ou fazer um novo início a partir da força que Deus concede. Na perspectiva cristã, ela está enraizada no chamado de Jesus ao arrependimento (Mc 1,15) e na sua autoridade para perdoar pecados em nome de Deus (Mc 2,10-11). Mas essa atitude permeia também as páginas da Escritura hebraica. Assume ali a forma de confissão pública de pecados, orientada por determinados ritos, como os que se pode verificar no grande dia da expiação (Lv 16), ou a forma de uma confissão particular, como a que transparece, a título de exemplo, no Salmo 32.

No decorrer da história da Igreja, a confissão de pecados assumiu pelo menos quatro formas distintas:

- a forma intimista, na qual a pessoa procura assegurar-se individualmente do perdão de Deus através de uma oração silenciosa ou em voz alta;
- a forma pública, na qual uma pessoa ou grupo de pessoas confessa a Deus e à comunidade reunida os seus pecados;
- a forma representativa, na qual os pecados são confessados coletivamente como parte do culto da comunidade;
- a forma particular, na qual uma pessoa confessa audivelmente os seus pecados diante de um sacerdote, pastor ou outra pessoa qualquer, recebendo dela a absolvição.

Nosso interesse neste estudo se concentrará nessa última forma. Com a compreensão dos leitores, enfocaremos o assunto a partir de nossa tradição confessional, a luterana.

Biblicamente, a confissão particular de pecados encontra um modelo na carta de Tiago: "Confessem os seus pecados uns aos outros e façam oração uns para os outros, para que sejam curados" (Tg 5,16). Ela se fundamenta na autoridade de perdoar pecados que Jesus concedeu aos que o confessam como o Cristo, primeiramente ao apóstolo Simão Pedro (Mt 16,13-19) e depois aos seus discípulos em geral (Mt 18,15-20; Jo 20,21-23). Como tal, foi largamente praticada na Igreja Católica até tempos recentes. Mas também o movimento da Reforma não a descartou, embora, efetivamente, não tivesse se tornado uma prática institucional. Na Apologia da Confissão de Augsburgo se encontram essas palavras: "Nós também mantemos a

confissão, mormente por causa da absolvição, a qual é a palavra de Deus que o poder das chaves pronuncia, por autoridade divina, com respeito a indivíduos. Seria ímpio, por isso, eliminar da igreja a absolvição particular" (Artigo XII, parágrafo 99-100).

2. A crise da confissão dos pecados

Nas últimas décadas, porém, há sinais evidentes de que a confissão particular está caindo em desuso generalizado. Uma pesquisa realizada na Alemanha no início da década mostrou que apenas 9% dos católicos e 7% dos protestantes ainda consideram a confissão particular de pecados como um ato significativo e como uma atitude condizente com os tempos modernos. Não sei se alguma pesquisa semelhante foi feita em nosso contexto. Mas certamente o resultado não seria muito diferente. Pratica-se, eventualmente, a confissão de pecados na forma de uma oração individual ou de uma autocrítica. Tolera-se igualmente uma confissão generalizante em nome da comunidade, como a que se realiza em nossos cultos. Mas uma confissão particular, diante de uma outra pessoa, parece uma coisa fora de propósito.

Várias causas poderiam ser levantadas para explicar esse desinteresse:

- Uma delas é a falta de paradigmas claros sobre o que é certo e errado em termos de conduta individual e coletiva. Vivemos em uma sociedade pluralista, que veicula abertamente pontos de vista divergentes e até contraditórios sobre todos os assuntos. Como posicionar-se diante deles? Como confessar e, sobretudo, o que confessar, quando não se tem um discernimento claro sobre o valor da decisão que se tomou ou da conduta que se adotou?
- Uma outra causa se refere à dificuldade de concretizar o que, afinal de contas, ainda nos cabe como responsabilidade pessoal. As ciências sociais nos ensinaram a explicar a vida em sociedade como resultado de mecanismos estruturais complexos, que transcendem a esfera individual. A teologia acompanhou essa percepção ao referir-se à dimensão do pecado estrutural. Levantou-se diante disso a pergunta: Em que medida o ser humano é um personagem responsável por seus atos, e não mera vítima de fenômenos complexos, pelos quais ninguém mais pode ser responsabilizado individualmente? Se há casos em que a resposta parece simples, há outros em que ela é extremamente complicada. Onde passa a fronteira entre o pecado estrutural e o pecado individual, pelo qual uma pessoa poderia sentir-se diretamente chamada a prestar contas?
- Uma outra indagação provém das ciências que se ocupam com a psique humana. A culpa, à qual se referem os ritos de confissão, foi cogitada de ser um fenômeno neurótico, fruto de uma cultura repressiva, patrocinada, entre outros fatores, pela pregação da Igreja. Mesmo que nem sempre a crítica tenha sido tão radical, ela contribuiu para diferenciar um sentimento positivo de culpa, que surge como expressão de um dano causado e que provoca um dinamismo de mudança e superação de conflitos, e um sentimento patológico de culpa, que pode se tornar um foco permanente de autodestruição. Despreparado para encarar a novidade do tema, o confessionário foi perdendo espaço para as salas dos psicólogos e psicoterapeutas.

- Finalmente, um quarto fator que pode explicar o descrédito da confissão particular de pecados deve ser buscado na própria forma como ela foi praticada. Durante séculos, ela serviu como um mecanismo de controle e de poder do clero sobre os leigos. Houve épocas em que as pessoas foram constrangidas e até obrigadas a confessar individualmente os seus pecados diante de um sacerdote. O Quarto Concílio Lateranense, de 1215, exigiu que todos os cristãos batizados, uma vez chegados à idade do discernimento, se submetessem à confissão. Ao menos uma vez ao ano, cada um deles deveria confessar diante de um sacerdote todos os pecados conhecidos, sobretudo os assim chamados pecados mortais, como a apostasia, o adultério, a fornicação, o homicídio, o falso testemunho e a fraude. Após constatar o arrependimento de coração, ouvir a confissão dos lábios e prescrever os atos necessários para a reparação, o sacerdote podia conceder a absolvição ou reter os pecados. Assim se expressava o controle do clero sobre os leigos: sem o perdão clerical, ninguém que tivesse cometido pecado "mortal" depois do batismo teria garantia de salvação.

Entendida dessa forma, como exercício de controle e poder, é compreensível que a confissão tenha caído sob suspeita e desconfiança, até ser paulatinamente rejeitada como intromissão indesejada. A pergunta que se pode fazer, a partir do testemunho bíblico, é se junto com a água suja não se está jogando fora também a criança. Ou seja: será que a rejeição dessa prática é um indício seguro de que as pessoas não mais necessitam confessar os pecados umas às outras, como recomendava Tiago?

Tudo indica que não. O grande número de pessoas que procura ajuda junto a psicólogos e psicoterapeutas, o mercado crescente da literatura de auto-ajuda, a proliferação de charlatães que prometem soluções milagrosas para todos os tipos de males são apenas alguns indícios de que as pessoas necessitam de uma oportunidade para se abrir, para conversar sobre as coisas que as oprimem e machucam, para experimentar alguma forma de aceitação, ajuda e perdão. Por isso, ciente de seus limites de competência e da grande contribuição que outras ciências podem dar, a fé deveria novamente perguntar-se pela sua própria contribuição no sentido de oferecer às pessoas a possibilidade de recuperar a sua saúde integral, o seu equilíbrio e bem-estar. Palavras e sermões sobre perdão e reconciliação não são suficientes. É preciso experimentá-los de maneira concreta em nossas vidas. Que ajuda pode a Bíblia aqui nos dar?

3. O caminho da confissão

No intuito de provocar essa reflexão, vamos seguir alguns passos que a Bíblia nos apresenta ao abordar a questão. A reflexão privilegia a perspectiva pessoal, como corresponde à forma de confissão que vem sendo enfocada. Suas implicações comunitárias e sociais, contudo, estão à luz do dia. Os passos mostram que a confissão particular de pecados, longe de reduzir-se a um instrumento de controle e poder, pode transformar-se em instrumento de libertação.

1. Antes de mais nada, a Bíblia constata, com muita firmeza e sobriedade, que sempre de novo o ser humano se torna culpado diante de Deus e de seu semelhante. Mesmo que ela também conheça algo que denominamos de pecado estrutural, isso de

forma alguma é utilizado, em qualquer circunstância, para desculpar a pessoa concreta. É o que faz o salmista confessar: "Eu conheço bem os meus erros, e os meus pecados estão sempre diante de mim. Pequei contra ti, contra ti somente, e fiz o que detestas. Eu sei que o teu julgamento a meu respeito é justo e reconheço que tens razão para me condenar. De fato, tenho sido mau desde que nasci; desde o dia do meu nascimento tenho sido pecador" (Sl 51,3-5). O apóstolo Paulo leva esse reconhecimento ao extremo, ao ponto de afirmar que há uma dissociação fundamental entre a sua vontade e o seu comportamento concreto: "Eu sei que o que é bom não vive em mim, isto é, na minha natureza humana. Porque, ainda que a vontade de fazer o bem esteja em mim, eu não consigo fazê-lo. Pois não faço o bem que quero, mas o mal que não quero fazer, esse faço. Mas, se faço o que não quero, já não sou eu quem faz, mas o pecado que vive em mim" (Rm 7,18-20).

Portanto, a Bíblia constata que, mesmo como pessoas justificadas por graça através da fé, continuamos pecadores, fraquejamos em nossa fé, sucumbimos às nossas fraquezas, tornando-nos culpados diante de Deus e de nossos semelhantes. Mesmo que o perdão recebido no batismo tenha uma qualidade irrevogável, permanecemos pessoas fracas e pecadoras, que necessitam experimentar sempre de novo a graça do perdão.

2. Essa constante rendição à força do pecado é fonte de muito sofrimento. O salmista diz que suporta tristeza por causa do seu pecado (Sl 38,18). Pedro chora ao constatar que não foi capaz de permanecer fiel ao mestre até as últimas conseqüências, como havia intencionado (Mc 14,66-72; cf. 14,29-31). Esse sofrimento se manifesta de muitas maneiras em nossa vida: fracassos, relações abaladas ou desfeitas, bons propósitos que permanecem na intenção, atitudes precipitadas e imaturas. Sofremos também ao reconhecer que não estamos em condições de nos desvencilhar dessa rede que nos prende. Ao contrário, quanto mais tentamos, mais nos enredamos, como o inseto que caiu nas teias da aranha. Outras tantas vezes transformamos o sofrimento experimentado em agressão contra os outros, fazendo-os participar igualmente de nossas desventuras.

3. O que fazer diante disso? A Bíblia nos ensina a não calar diante de nosso pecado. Muitas pessoas sofrem sob o peso da culpa, mas fazem um grande esforço para dissimular isso diante de si mesmas e dos outros. Inventam sempre novas justificativas para desculpar o seu fracasso. Isso custa muita energia e pode tornar alguém física e espiritualmente doente. Quem, ao contrário, confessa o seu pecado, pode escapar do círculo diabólico do silêncio e da tentativa de autojustificação. Foi a experiência do autor do Salmo 32: "Enquanto calei os meus pecados, envelheceram os meus ossos pelos meus constantes gemidos... Por isso confessei-te o meu pecado, e a minha iniqüidade não mais ocultei. Eu disse: 'Confessarei ao Senhor as minhas transgressões', e tu perdoaste as iniqüidades do meu pecado" (v. 3 e 4).

4. A quem confessar? A Bíblia nos ensina a procurar alguém de confiança da comunidade, como se pode depreender da recomendação de Tiago (5,16) – não necessariamente o pastor ou o sacerdote. Lutero acentuava em seu tempo que o sacerdócio de todos os crentes (1Pd 2,1-10) vale também para a confissão dos pecados.

Cada cristão pode ouvir a confissão de outros e anunciar a palavra libertadora em nome de Deus. À comunidade como um todo e a cada um de seus membros foi dada a tarefa e a dádiva de consolar, admoestar e perdoar em nome de Deus (Rm 15,14; 2Cor 1,4; 5,18-21; Cl 3,16). Quem sofre sob o peso do seu pecado e da sua culpa pode procurar na comunidade um ouvido aberto. A comunidade nada mais é do que uma comunhão de pecadores agraciados, que igualmente necessitam do apoio e do estímulo de outros. Por isso se pode realizar nela o consolo e a admoestação fraternal.

5. A confissão de pecados começa com o reconhecimento da culpa. "Se dissermos que não temos pecado nenhum, a nós mesmos nos enganamos e a verdade não está em nós. Se confessarmos os nossos pecados, ele é fiel e justo para nos perdoar os pecados e nos purificar de toda injustiça" (1Jo 1,8-9).

Admitir a própria culpa diante de Deus, de si mesmo e dos outros é uma das coisas mais difíceis na confissão. Isso significa abandonar o caminho da autojustificação: Não são as circunstâncias, não são os outros os culpados – sou eu mesmo. Mas por mais difícil que isso seja, assim podemos estar diante de Deus sem esperar mais nada de nós mesmos, e sim, tudo dele. Podemos falar-lhe de nossa culpa e receber dele a graça do perdão, que significa a possibilidade de um novo início. Foi o caminho seguido pelo salmista: "Compadece-te de mim, ó Deus, segundo a tua benignidade; e, segundo a multidão das tuas misericórdias, apaga as minhas transgressões" (Sl 51,1).

6. Quem reconhece a culpa, pode ouvir o anúncio do perdão. Jesus presenteou a sua comunidade com a dádiva do perdão: "Se vocês perdoarem os pecados de alguém, esses pecados são perdoados" (Jo 20,23). Quem recebe na confissão a palavra de perdão, pode estar seguro de que não se trata de uma palavra vazia. Pode ir embora como uma pessoa libertada e livre.

Através dessa palavra particular de perdão nos é anunciada a proximidade de Deus de uma forma como nós jamais poderíamos dizer-nos a nós mesmos. Nosso coração é preenchido por uma paz que nós jamais poderíamos dar-nos a nós mesmos. Esse anúncio de perdão é uma palavra que produz efeito. Ela cura e consola, anima e levanta. Ela dá uma nova qualidade à nossa vida, colocando-a diante de uma nova perspectiva (Is 55,6-12). Por isso o arrependimento não precisa ser um fardo pesado e a confissão não precisa ser uma obrigação opressiva. Ao contrário, ela abre o caminho para a casa paterna, onde somos recebidos com braços abertos (Lc 15,11-32).

7. Essa palavra de perdão tem força para curar, como lembrava a recomendação de Tiago. Também o profeta Jeremias atesta: "Cura-me, Senhor, e serei curado; salva-me, e serei salvo" (Jr 17,14).

Ao longo de nossa vida vamos nos ferindo e machucando. Algumas dessas feridas seguidamente nos fazem sofrer e teimam em não cicatrizar nem sarar. Sobre elas crescem o rancor e o ressentimento, a insegurança e a desconfiança. Na confissão há espaço para falar sobre essas feridas. Podemos dizer onde fomos machucados e onde machucamos, onde fomos vítimas e onde produzimos vítimas. Ao falar sobre isso, experimentamos que assim como a culpa pode ser perdoada, também as feridas podem sarar. Pois como dizia

o salmista: "Deus é quem perdoa todas as tuas iniqüidades, quem da cova redime a tua vida e te coroa de graça e misericórdia" (Sl 103,3-4).

8. A palavra de perdão tem força para transformar. É uma experiência ao alcance de qualquer pessoa, como se verificou na vida de Zaqueu. A experiência da bondade de Jesus criou em sua vida um novo espaço de liberdade, onde ele encontrou ânimo e força para reparar os males cometidos (Lc 19,1-10).

Deixar-se transformar, fazer um novo início, reparar os males cometidos – tudo isso não é pressuposição para o perdão. É conseqüência, é fruto. Quem foi libertado de suas culpas pode enfrentar as suas conseqüências. Pode olhar nos olhos da pessoa que foi prejudicada. Pode organizar novamente sua vida. Nada disso acontece como num passe de mágica. Às vezes demora tempo. Mas o novo início está prometido. Ele é possível.

"Bem-aventurado aquele cuja iniqüidade é perdoada, cujo pecado é coberto", escreve o salmista (Sl 32,1). Uma tal pessoa é declarada feliz, bem-aventurada. Ela pode construir sobre o perdão e confiar na bênção que lhe foi dada. Ela sabe que continuará enfrentando outras dificuldades, mas isso não tirará a sua alegria de viver, porque sabe que é possível (e necessário) corrigir a rota sempre outra vez.

Confessar os pecados, portanto, pode tornar-se um ato libertador. Não existe um outro lugar onde podemos ser tão honestos conosco mesmos e encarar-nos sem máscaras. Não existe um outro lugar onde nos é dado experimentar um tal amor sem condições. Na confissão podemos respirar aliviados e, finalmente, descarregar a tensão que pesa sobre nossos ombros. E uma última coisa: quem foi perdoado de sua culpa diante de Deus, esse também pode apresentar-se com dignidade diante de seus semelhantes, pois é ele quem nos dá a razão de existir. Quem se curva diante de Deus, não precisa dobrar-se diante das pessoas humanas – apenas colocar-se ao lado delas em espírito fraterno.

Bibliografia

CAMPBELL, A.V.; TELLINI, G. Beichte. In: *Evangelisches Kirchenlexikon.* Vol. 1. Göttingen, Vandenhoeck & Ruprecht, 1986, col. 397-402.

PUTTKAMMER, A.; PUTTKAMMER, D. Befreiende Beichte. In: *Brennpunkt Gemeinde.* Mai/Juni. Neukirchen-Vluyn, Aussat Verlag, 1996 (Sou especialmente grato a esse artigo pela riqueza de sua abordagem).

TORNOS, A. La crisis de la confesión: cuatro dificultades para confesarse típicas de hoy. In: *Sal Terrae* 10/1983, p. 663-674.

VEGA, I. La "conciencia de culpa". El Dios de Jesús y los sentimientos de culpabilidad. In: *Sal Terrae* 7/1982, p. 547-557.

Verner Hoefelmann
Escola Superior de Teologia
Caixa Postal 14
93001-970 São Leopoldo, RS